

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA: INTERPRETAÇÕES SOBRE O (SUB)DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

Pedro Henrique Evangelista Duarte¹
Edílson José Gracioli²

Introdução

No pós Segunda Guerra Mundial, surgiram na América Latina algumas teorias que se propunham a analisar o quadro da economia local e as relações da região com o resto do mundo.

Uma dessas teorias foi a Teoria do Desenvolvimento, que tinha como principal objetivo a identificação dos obstáculos que se impunha à plena implantação da modernidade. É dentro da perspectiva dessa teoria que surge a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. A Agência, que nasceu com o intuito de fundar uma base institucional que criasse condições de desenvolvimento para os países da região, defendia que os países latino-americanos só se desenvolveriam a partir da montagem de um aparato industrial orientado pela ação do Estado.

Com a incapacidade do capitalismo de reproduzir nos países periféricos experiências bem sucedidas de desenvolvimento e, portanto, com o início da crise na Teoria do Desenvolvimento, surge a Teoria da Dependência. Esse novo arcabouço teórico, diferentemente do primeiro, tentava compreender as limitações de uma forma de desenvolvimento que se iniciou em um período histórico no qual a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de poderosos grupos econômicos e forças imperialistas. Por esse motivo, enxergava que a forma de desenvolvimento implementada na América Latina só tenderia a aprofundar cada vez mais as relações de dependência.

Mesmo estando, de forma mais geral, fundamentada sobre a crise das teorias que consideravam a possibilidade de se desenvolver na região latino-americana um capitalismo autônomo, no interior da Teoria da Dependência surgiram interpretações que, nem sempre, eram convergentes em termos de sua análise e compreensão desse processo.

Exposto isso, nosso objetivo nesse artigo é, a partir da análise de duas das principais correntes da Teoria da Dependência – a corrente weberiana e a corrente marxista – mostrar as diferenças entre tais interpretações, e ao destacar os problemas e limitações da interpretação weberiana, ressaltar os motivos que nos levam a aceitar a análise marxista com a mais apta à compreensão do desenvolvimento capitalista na periferia.

1. Contexto Histórico e Surgimento da Teoria da Dependência

A Teoria da Dependência surgiu no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento sócio-econômico na região, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940. Em termos de corrente teórica, a Teoria da Dependência se propunha a tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras.

Com o objetivo de analisar e entender essa mesma dinâmica, havia surgido, alguns anos antes, a Teoria do Desenvolvimento. Esta, estruturada a partir da superação do domínio colonial, do surgimento de novas nações e do advento de burguesias locais desejosas de expandir sua participação na economia mundial – bem como das novas concepções de modernidade, identificadas a partir da “racionalidade econômica moderna” – buscava explicações acerca das desigualdades promovidas pelas relações econômicas internacionais, principalmente assentada na idéia de que o desenvolvimento correspondia ao

¹ Aluno de graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia.

² Professor do Departamento de Ciências Sociais/Faculdade de Artes Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

desdobramento do aparelho produtivo em função da classificação desse em termos dos setores primário, secundário e terciário.

A idéia central na Teoria do Desenvolvimento é o entendimento do desenvolvimento enquanto um *continuum* evolutivo. Os países avançados se encontrariam nos extremos superiores desse *continuum*, que se caracterizava pelo pleno desenvolvimento do aparelho produtivo, de forma que o processo de desenvolvimento econômico que neles ocorreu seria um fenômeno de ordem geral, pelo qual todas os países que se esforçassem para reunir as condições adequadas para tal deveriam passar. Enquanto isso, as nações atrasadas se encontrariam em um estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos do desdobramento de seu aparelho produtivo, em decorrência de sua incipiente industrialização.

Nesse sentido, o conceito de subdesenvolvimento correspondia a uma situação de desenvolvimento pré-industrial. Segundo Marini, de acordo com essa concepção teórica

(...) o subdesenvolvimento seria uma etapa prévia ao desenvolvimento econômico pleno (quando já se completou o desdobramento setorial), existindo entre os dois o momento da decolagem – do *take off*, para usar o jargão da época – no qual a economia em questão ostentaria já todas as condições para assegurar um desenvolvimento auto-sustentado. (Marini, 1992: 74).

Outros dois aspectos acerca da Teoria do Desenvolvimento merecem destaque. Primeiro, a teoria ressaltava que o desenvolvimento dependia não só da modernização das condições econômicas, mas também das condições sociais, institucionais e ideológicas dos países. Além disso, pelo fato de desenvolvimento e subdesenvolvimento serem considerados apenas como aspectos distintos da mesma realidade, só poderiam ser distinguidos no âmbito quantitativo – ou seja, através da utilização de uma série de indicadores, que naquele momento eram os únicos critérios adequados para situar as economias em distintos pontos da “escala evolutiva” – sem dar maior importância aos aspectos estruturais, que certamente eram os responsáveis por fundamentar tais desigualdades.

Dentro dessa perspectiva, no final da década de 1940 foi criada, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe. A CEPAL desenvolveu-se como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos. Seu principal objetivo era a fundamentação de uma análise econômica e de uma base institucional que criasse condições para que o desenvolvimento da região se firmasse de forma autônoma.

Instrumentalizada a partir da teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico, a agenda de reflexão inaugurada pela CEPAL compunha-se do diagnóstico da profunda transição que se observava nas economias subdesenvolvidas latino-americanas: tratava-se da passagem de um modelo de crescimento primário-exportador ao modelo de “desenvolvimento para dentro”. Dentro desse escopo, o que os principais autores da CEPAL propunham era um modelo de desenvolvimento pela via industrial, uma vez que entendiam que a industrialização era o elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, progresso, modernidade, civilização e democracia política, além deste ser o único modelo capaz de superar a tendência permanente à deterioração dos termos de troca, que desfavorece os países exportadores de bens primários ao transferir renda da periferia em direção ao centro³. A partir dessa perspectiva, foram gestadas as idéias que vieram a dar base ao desenvolvimento de políticas públicas nacionais dos países da região, indicando claramente o caminho dessas políticas seria a industrialização com intervenção do Estado, a partir da implementação do Processo de Substituição de Importações, e cujo resultado seria a superação da condição de subdesenvolvimento relativo desses países, assim como a alteração estrutural das suas inserções na divisão internacional do trabalho.

Apesar de ter representado um avanço frente à teoria ortodoxa do desenvolvimento, suas propostas, além de pressupor a preservação das estruturas de poder existentes, se mantinha fiel à idéia de desenvolvimento enquanto um *continuum*, já que não considerava desenvolvimento e subdesenvolvimento como aspectos qualitativamente distintos, mas apenas como representações diferenciadas em termos quantitativos do processo histórico de acumulação capitalista. Nesse sentido, os

³ Essa idéia é oposta àquela defendida pela Lei do Comércio Internacional das Vantagens Comparativas, segundo a qual cada país deve se especializar na produção de bens para os quais tenha uma “vocaçao natural”, de modo a ter ampliado seus índices de produtividade e suas condições de competitividade quando expostos ao mercado internacional.

ideólogos da CEPAL não estavam preocupados em resolver os problemas resultantes do desenvolvimento capitalista - enquanto um processo que tem sua dinâmica baseada na exploração do trabalho, na apropriação privada da riqueza e da renda, a partir da concentração e centralização do capital; o que a Agência pretendia era colocar os países latino-americanos nos “rumos certos” desse desenvolvimento, de forma a diminuir as desigualdades existentes.

No entanto, mesmo com todo o esforço teórico e metodológico na tentativa de se criar um novo modelo na América Latina, no início da década de 1960 a Teoria Desenvolvimentista começa a perder sua força devido à incapacidade do capitalismo de reproduzir experiências bem sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias. Mesmo os países latino-americanos, que apresentavam taxas de crescimento bastante elevadas, estavam limitados pela sua dependência econômica e política à economia internacional. Seu crescimento econômico parecia fadado a acumular miséria e uma péssima distribuição de renda.

É da necessidade de se buscar novos rumos teóricos que nasce a Teoria da Dependência enquanto um corpo teórico que, ao estabelecer uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo, e dentro do entendimento do processo de integração da economia mundial, busca “compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (Santos, 2000: 26).

Diferentemente do desenvolvimentismo, a Teoria da Dependência não enxerga subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, mas sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas. Dessa forma, o subdesenvolvimento passava a ser visto como um produto do desenvolvimento capitalista mundial sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo.

Do ponto de vista estritamente econômico, essa nova teoria entendia que as relações estruturais de dependência estavam para além do campo das relações mercantis – como acreditavam os teóricos desenvolvimentistas – se configurando também no movimento internacional de capitais, em especial na figura dos investimentos direto estrangeiros e na dependência tecnológica. A esses fatores, somava-se o imperialismo, que na medida em que permeava toda a economia e sociedade dependentes, representava um fator constitutivo de suas estruturas sócio-econômicas. Era a conjunção desses distintos mecanismos que integravam, de forma subordinada, a economia latino-americana à economia internacional.

Esta seria, de forma mais geral, as concepções do desenvolvimento capitalista e das relações de dependência comum a todas as correntes teóricas que surgiram dentro da Teoria da Dependência. A partir dessa base teórica, passamos à análise daquelas que constituem suas principais correntes: a corrente weberiana, composta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, e a corrente marxista, que tem em Ruy Mauro Marini seu principal expoente.

2. O Capitalismo Dependente-Associado: A Versão Weberiana da Dependência

A versão weberiana da dependência, também conhecida como versão da interdependência, ou ainda como versão do capitalismo dependente-associado nasce, assim com as outras vertentes, da crítica estabelecida às teorias do desenvolvimento anteriormente expostas. O ponto de partida das concepções teóricas desenvolvidas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto é o fracasso do processo de substituição de importações e do projeto nacional-desenvolvimentista, que pretendia criar as bases de um capitalismo autônomo na região, idéia essa defendida pela CEPAL nos idos das décadas de 1940 e 1950⁴. Seu principal argumento é de que o desenvolvimento econômico nos países periféricos dependia de uma estratégia diversa do “desenvolvimento para dentro”, uma vez que as modificações no sistema produtivo ocasionadas por este eram incapazes de resolver os problemas sociais, e conseqüentemente, de se criar

⁴ O argumento utilizado por Cardoso e Falleto parte da crítica estabelecida por estes em relação ao estruturalismo cepalino. Segundo esses autores, a perspectiva da CEPAL, ao concentrar sua análise na questão da endogeneização do progresso técnico e da distribuição de renda, acabou incorrendo em um economicismo e em um reducionismo analítico tal que não permitiu que se aclarasse qual era de fato o problema das economias periféricas: a fragilidade concernente à conformação e articulação das estruturas sociais e à forma como seus interesses são representados no interior do Estado.

uma sociedade dotada de autonomia política e econômica, com distintas condições de ordenar uma proposta de desenvolvimento. Nesse sentido, a análise do capitalismo latino-americano deveria passar pela compreensão histórica de como se constitui e se reproduziu essa base produtiva, levando em consideração a integração das economias nacionais ao mercado internacional.

Os autores se contrapõem à idéia de que na América Latina prevalecia, em termos da formação social, o chamado “dualismo estrutural”. Segundo essa concepção, as sociedades latino-americanas eram compostas por formações sociais “tradicionais”, mas que lentamente caminhavam sentido a um outro tipo de sociedade, chamada “moderna”; durante esse processo, formava-se um padrão intermediário, característico dos países em desenvolvimento. A crítica a essa concepção é feita tanto por não considerarem os conceitos de “tradicional” e “moderno” amplo o bastante para abranger todas as situações sociais existentes, quanto pelos mesmos não permitirem distinguir entre tais sociedades os elementos estruturais que definem o seu modo de ser e as condições de seu funcionamento. Um outro problema presente nessa perspectiva é a falta de conexões minimamente lógicas entre as estruturas sociais que pressupõe o “tradicional” e o “moderno” e as diferentes etapas do processo econômico⁵.

Dentro dessa perspectiva, e negando a idéia de que a dinâmica das sociedades subdesenvolvidas eram inteiramente determinadas e derivadas de fatores externos - e que, portanto, tanto os elementos estruturais quanto as ações de grupos sociais dos países subdesenvolvidos não eram mais que “desvios” em relação aos países centrais - Cardoso e Faletto procuram formular uma análise que tenha no tipo de integração social das classes e grupos os principais condicionantes do processo de desenvolvimento. O fundamental então era considerar os fatores histórico-estruturais - determinados pela mescla de condicionantes internos e externos - na compreensão dos processos de modernização, em detrimento do tratamento quase exclusivo dado às variáveis exógenas e de seus impactos tanto sobre a estrutura social quanto sobre a estrutura econômica na determinação desse processo.

A idéia central defendida pelos autores é a de que o desenvolvimento é, em si mesmo, um processo social. Para a análise global do desenvolvimento, mais do que somar aos condicionantes estruturais a compreensão dos fatores sociais, era necessário que ambos fossem interpretados em suas relações de determinações recíprocas. Isso porque não só as condições históricas particulares eram responsáveis pelo processo de desenvolvimento, mas também os conflitos entre grupos e classes, já que tais conflitos colocam em marcha as sociedades em desenvolvimento. Ou seja, na análise da atuação dos grupos sociais, para além de aproximar os componentes econômicos e sociais do desenvolvimento, fazia-se necessário construir uma análise que os vinculasse de forma concreta.

Nesse sentido, o desenvolvimento seria resultado de um processo social. Do modo próprio de interação dos grupos e classes, cada qual com seus valores e interesses materiais, surgiria o sistema sócio-econômico, e na medida em que esses diferentes grupos e classes conseguissem impor seus interesses e dominação sobre o restante da sociedade, a estrutura política e social iria sofrendo modificações. O sistema econômico, bem como seu desenvolvimento passava, assim, a depender da oposição, conciliação ou superação dos interesses de distintas classes. Essa nova abordagem rompia com a idéia anterior de que o desenvolvimento se daria pela passagem a modelos “superiores”, condicionados por fatores naturais.

Fica claro, então, que um dos objetivos dessa corrente é explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, onde a política seria a forma de expressão do componente econômico enquanto uma dominação social. Isso porque o processo político seria o elemento através do qual uma determinada classe ou grupo econômico tentaria estabelecer um conjunto de relações sociais que, se no limite não conseguisse impor sobre o conjunto da sociedade um determinado modo de produção, ao menos estabeleceria alianças a fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos. Segue-se disso que as possibilidades de desenvolvimento dependem tanto das ações políticas quanto do surgimento de novos atores sociais.

Sendo assim pode-se dizer que, segundo os autores, a dependência é em si um componente estrutural do capitalismo, em especial na forma como este se desenvolve na periferia do sistema. Na determinação dessa condição deveria haver, além de uma associação entre os fatores internos e externos, uma conexão destes com a contraditória estrutura social interna - composta por classes dominantes e

⁵ Sobre isso ver Cardoso e Faletto, 1970: 18.

dominadas. É do conflito existente no interior dessas classes e de sua organização, ou seja, da conformação do ambiente e das relações políticas, que se dará à expansão ou diminuição da dependência da periferia em relação ao centro.

Por esse motivo, os autores destacam que o estabelecimento de conexões entre o sistema econômico e a organização político-social das sociedades desenvolvidas, tanto em termos internos como em relação aos países desenvolvidos, é tão importante para a interpretação global do desenvolvimento, e conseqüentemente, para o estabelecimento dos determinantes da dependência na periferia. Isso porque, na conformação da economia internacional, ao se vincular a um mesmo mercado economias que apresentavam graus variados de diferenciação do sistema produtivo, criou-se uma estrutura de relações de dominação do centro em direção a periferia. Assim, a análise deve passar pela forma como se deu a vinculação de economias subdesenvolvidas ao mercado mundial, bem como pela forma como se constituíram os grupos sociais internos, o que implica, no plano político e social, o reconhecimento de que a dependência em situações de desenvolvimento se vincula historicamente com a expansão econômica dos países capitalistas originários⁶.

Em termos sintéticos, o tipo de vinculação estabelecido entre as economias nacionais e o mercado mundial afetaria diretamente as alianças estabelecidas entre os grupos sociais internos e destes com grupos externos. Ou seja, a integração centro-periferia teria por trás um conjunto de relações entre grupos sociais internos e externos, e na medida em que existe uma relação de dominação entre ambos, a imposição dos interesses de uma classe sobre o conjunto da sociedade acabaria por expressar os interesses de grupos externos. É nesse sentido que se estabelece a relação de dependência na periferia. Aqui, a esfera política assume um importante papel quanto ao desenvolvimento das regiões periféricas. Como as políticas de desenvolvimento implementadas na América Latina foram baseadas apenas em fatores conjunturais do mercado, elas foram insuficientes em termos da montagem de um projeto de desenvolvimento autônomo, principalmente por não levar em consideração a importância da modificação das estruturas sociais. O problema do desenvolvimento estava na forma como o Estado capitalista periférico alimentou um desenvolvimento concentrador e periférico, e não na conduta dos agentes internacionais, como alguns teóricos costumavam argumentar. Dessa forma, seria apenas através da organização das relações político-sociais dos grupos internos, e da articulação destes à dinâmica dos centros hegemônicos, que poderia-se produzir políticas que efetivamente se aproveitassem das novas oportunidades de desenvolvimento econômico.

Tais oportunidades se dariam através da conjugação entre capital nacional privado, capital internacional e Estado, sendo que a conjugação desses daria à economia latino-americana uma tal margem de internacionalização que a colocaria nos rumos certos do desenvolvimento. Por isso o desenvolvimento não poderia se dar apenas através da industrialização, mas deveria ter um caráter industrializante-associado. Nesse processo, a burguesia nacional assumia seu papel subordinado, ao transferir para o capital externo os setores estratégicos da economia, ficando sob seu controle os setores mais subordinados, a saber, os produtores de bens primários e de consumo não-duráveis.

Esse movimento de associação ao capital internacional criaria, inevitavelmente, uma estrutura social concentradora e excludente, pela própria lógica de dominação dos interesses de um determinado grupo sobre os demais. Porém, por mais óbvio que fosse, os autores ressaltam que tal fato é próprio do desenvolvimento capitalista, no sentido mesmo em que este tem em sua evolução a condição de concentração de renda e riqueza. Ou seja, a distribuição de renda não seria um obstáculo ao desenvolvimento.

Da perspectiva daquilo que nos propomos a analisar, fica claro que as concepções de Cardoso e Faletto sobre o desenvolvimento periférico apresentam alguns problemas e limitações. Em primeiro plano, destacamos as considerações relativas à distribuição de renda. Como apontamos nos parágrafos anteriores, a distribuição de renda, para os autores, não se configura como um entrave ao desenvolvimento, já que é algo próprio ao desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, entendemos que o desenvolvimento, feito dessa forma - qual seja, através da associação de uma classe burguesa ao capital internacional - só tenderá a ampliar a precária distribuição de renda, uma vez que esses países se

⁶ Sobre isso ver *Ibidem*, p. 26.

submeteriam a controlar setores com baixo valor agregado, o que aprofundaria a deterioração dos termos de troca, e conseqüentemente, a pressão sobre a classe trabalhadora.

De outro lado, essa associação teria como pressuposto a abertura ao capital externo, tanto no sentido de suprir as necessidades de divisas, quanto no de garantir os investimentos diretos, necessários à modernização da estrutura produtiva. Ora, tal abertura nada mais é que uma idéia inicial de desregulamentação e flexibilização dos mercados, o que, na verdade, abriria as portas para a expansão da valorização de capitais na esfera financeira, em detrimento do investimento produtivo.

Feito isso, passemos à análise da versão marxista da dependência, que além de explicitar uma outra concepção de dependência e desenvolvimento, deixará mais clara as limitações dessa vertente que acabamos de apresentar.

3. Superexploração da Força de Trabalho: A Versão Marxista da Dependência.

Mesmo tendo surgido algumas interpretações do desenvolvimento capitalista na América Latina que caminhavam em sentido diverso à análise exposta anteriormente, é só com Ruy Mauro Marini, e sua obra político-teórica “Dialética da Dependência” que se conforma efetivamente a Teoria Marxista da Dependência. O ponto de partida do autor na composição dessa nova vertente teórica é a noção de que, frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta certas peculiaridades que impedem que o capitalismo aqui se desenvolva da mesma forma como se desenvolveu nas economias consideradas avançadas. Por isso ressalta que, mais que um capitalismo, o que se tem na América Latina é um capitalismo *sui generis*, e este só ganha sentido se compreendido tanto a nível nacional quanto a nível internacional.

Dois grandes processos históricos estão na base dos fenômenos que geraram os estudos da dependência, em especial da corrente marxista. O primeiro deles foi a Revolução Cubana, que se constituiu em um dos principais parâmetros para as definições teóricas e políticas da América Latina à época, ao aprofundar a crise teórica do marxismo ortodoxo até então prevalecente. O Segundo – e talvez mais importante – tratou-se da crescente integração do processo produtivo das economias latino-americanas com o capital estrangeiro, fenômeno este que intensificou as contradições sociais na região. Esse processo pôs fim à ilusão do desenvolvimento de um capitalismo autônomo na região, o que levou à crise do pensamento cepalino e conseqüentemente à Teoria do Desenvolvimento. É principalmente a partir desse enfoque que Marini estruturou toda a sua reflexão sobre o capitalismo na periferia.

Segundo essa corrente, a dependência pode ser entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual a economia de certos países está condicionada ao desenvolvimento e expansão de outras economias, de forma que os países centrais poderiam se auto-sustentar, enquanto que os países periféricos só poderiam expandir suas economias como um reflexo da expansão dos primeiros⁷.

Nesses termos, o objeto de estudo da Teoria Marxista da Dependência é a compreensão do processo de formação sócio-econômico na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial. Dentro desse processo, o que se observa é uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados por parte dos países dominantes e uma perda de controle dos dependentes sobre seus recursos, o que leva à transferência de renda – tanto na forma de lucros como na forma de juros e dividendos – dos segundos para os primeiros. Ou seja, essa relação é desigual em sua essência porque o desenvolvimento de certas partes do sistema está ocorrendo às custas do subdesenvolvimento de outras.

Carcanholo (2004: 09) identifica três condicionantes histórico-estruturais da situação de dependência. O primeiro seria a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes (produtos primários e com baixo valor agregado) em relação ao preço dos produtos industriais ou com maior valor agregado importados dos países centrais, num processo de transferência de valor (ou, dito de outra forma, num processo de perda nos termos de troca). O segundo seria a remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob forma de juros, lucros, amortizações,

⁷ A definição de dependência para a corrente marxista pode ser vista em Marini, 2000: 109.

dividendos e royalties, pela razão dos primeiros importarem capital dos últimos. Por fim, o terceiro seria a instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando em altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes periféricos, colocando os mesmos a mercê do ciclo de liquidez internacional.

A partir desses condicionantes, pode-se distinguir três formas históricas de dependência⁸. A primeira seria a dependência colonial, caracterizada pela exportação de produtos naturais e na qual o capital comercial e financeiro, associado aos estados colonialistas, domina as relações entre a Europa e as colônias. A segunda seria a dependência financeiro-industrial, caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos e cuja expansão se deu por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo; nesse sentido a produção, por ser voltada à exportação, era determinada de acordo com a demanda dos centros hegemônicos. A terceira seria a dependência tecnológico-financeira, caracterizada pela presença de corporações multinacionais que investem na indústria voltada para o mercado interno dos países subdesenvolvidos; nesse caso, a possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a compra de máquinas não produzidas internamente, de forma que tal compra é limitada pelos recursos provenientes do setor exportador e pelas imposições dos monopólios e patentes.

Toda a interpretação do capitalismo periférico realizada por Marini é estruturada a partir da construção teórica de Marx, em especial sobre o tratamento daquilo que ele chamou de Lei Geral da Acumulação Capitalista⁹. Ademais não seja nosso objetivo esmiuçar os detalhes dessa lei, tentaremos abordá-la da forma mais objetiva possível, dada sua importância para a compreensão do tema da superexploração da força de trabalho.

Com a Lei Geral da Acumulação Capitalista, Marx tenta mostrar que se mantida constante a quantidade de trabalhadores necessária para por em funcionamento determinada quantidade de meios de produção – ou dito de outra forma, se mantida constante a composição do capital - quando se aumenta o capital, a demanda por força de trabalho deve aumentar na mesma proporção deste. Como a ampliação da procura por força de trabalho leva a um ponto no qual a demanda por trabalho supera sua oferta, os salários também crescem de acordo com o ritmo de crescimento do capital.

No entanto, o sistema capitalista de produção tem como lei geral uma produtividade crescente, de tal forma que a composição do capital possui uma tendência a aumentar progressivamente. Nesse sentido, e como a expansão do capital depende que a força de trabalho seja continuamente incorporada a ele, acumular capital significa necessariamente aumentar a massa de trabalhadores, na medida mesmo em que o trabalho vivo por ele exercido é o único capaz de criar valor adicional.

Ao ser o motor principal da reprodução no sistema capitalista – dado sua capacidade de criar valor adicional - e conseqüentemente, ao permitir e garantir a ampliação da riqueza, a classe trabalhadora acaba produzindo as condições que a tornam relativamente irrisória a este mesmo processo. Isso porque, quando ocorre um incremento na composição do capital, a produtividade do trabalho deve ser ampliada através da intensificação do processo acumulativo, e não através da contratação de trabalhadores a serem incluídos no processo produtivo, o que quer dizer que amplia-se a quantidade de máquinas e equipamentos, mas a contratação de trabalhadores não acompanha essa ampliação. A partir disso, forma-se o exército industrial de reserva, fator de vital importância para o funcionamento do sistema capitalista.

Tal importância se dá na medida em que a classe trabalhadora desempregada que forma esse exército pressiona constantemente a parte dessa mesma classe que está empregada, deixando estes em uma situação de instabilidade e incerteza. Como a parte desempregada está disposta a trabalhar a salários inferiores aos vigentes (já que querem de toda forma se ver livres do desemprego), os que se encontram empregados ficam sujeitos a trabalho excessivo, de modo que a exploração a que são submetidos é a fonte de enriquecimento da classe capitalista como um todo.

Esse processo se amplia à medida que o capitalismo se desenvolve e a estrutura produtiva vai se modificando e se modernizando. Vale dizer, a medida que o capitalismo se desenvolve, amplia-se a relação capital constante/capital variável e conseqüentemente a produtividade e o excedente produzido, ao mesmo tempo em que se amplia a exploração sobre a massa de trabalhadores.

⁸ Amaral 2006: 18.

⁹ A Lei Geral da Acumulação Capitalista pode ser vista em Marx, *O Capital*, Livro I, capítulo XXIII.

É no bojo dessa discussão que passamos à análise realizada por Marini sobre as conseqüências da inserção da América Latina na economia internacional.

3.1 O Intercâmbio Desigual e a Superexploração da Força de Trabalho

Marini busca na expansão comercial do capitalismo nascente no século XVI, e na forma como a economia latino-americana se desenvolve em estreita consonância com essa dinâmica, a configuração da situação de dependência, que viria a determinar todo o posterior desenvolvimento da região, definida a partir de uma bem estruturada divisão internacional do trabalho.

Desde cedo, a condição para que a América Latina se inserisse na economia internacional esteve relacionada com a capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos. Tão logo, a essa função foi acrescentada a de contribuir para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância crescia em função do próprio desenvolvimento industrial. Esse fator, somado ao crescimento da classe trabalhadora e à elevação da produtividade nos países centrais, contribuíram de maneira fundamental para o surgimento da grande indústria. Nesse sentido, mais do que responder às necessidades físicas induzidas pela acumulação nos países industriais,

“(…) a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que do simplesmente da exploração do trabalhador” (Marini, 2000: 113).

Mesmo dependendo do aumento da produtividade, o que determina a cota de mais-valia não é a produtividade do trabalho em si, mas sim o grau de exploração do trabalho, vale dizer, a relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário. Para que o aumento do trabalho excedente possa se verificar em relação ao trabalho necessário, é fundamental que a redução do valor social das mercadorias incidam sobre os chamados bens-salário, aqueles necessários à reprodução da força de trabalho. E é nesse ponto que a participação da América Latina no processo de acumulação ganha notável importância.

Na medida em que aumentam a oferta mundial de alimentos (que são bens-salário), os países latino-americanos acabam induzindo a uma redução dos preços dos produtos primários no mercado mundial. O resultado direto disso é uma redução do valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo que o incremento da produtividade se traduza em ampliação da mais-valia. “Em outras palavras, mediante sua incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia nos países industrializados” (Ibidem, p. 116). Como o preço dos produtos industriais se mantém relativamente estável, a depreciação dos bens primários acaba sendo refletida na deterioração dos termos de troca.

Nesses termos, a deterioração dos termos de troca acaba sendo a expressão da realização de um intercâmbio desigual de mercadorias entre nações industriais e não industriais, dentro da imposta divisão internacional do trabalho. Tal intercâmbio, ao contrário de exprimir uma troca de equivalentes, conformam uma série de mecanismos que permitem realizar transferências de valor.

Seriam dois os principais mecanismos através dos quais se realizaria a transferência de valor. O primeiro opera em nível da esfera de produção interna. Como as mercadorias tendem a ser vendidas pelo preço de mercado (valor das condições médias de produção), os países centrais acabam realizando suas mercadorias por um valor superior ao custo de produção, na medida em que possuem padrões de produção superiores aos países periféricos. A conseqüência disso é a transferência de valor do centro para a periferia, por conta do processo de concorrência entre capitais internos e externos dentro de uma mesma esfera de produção. O segundo opera no âmbito da concorrência entre distintas esferas que se inter-relacionam. A existência de monopólio na produção de bens de alto valor agregado por parte dos países centrais permite que estes vendam seus produtos a preços superiores àqueles que prevaleceriam com iguais taxas de lucro, o que implica que as nações periféricas sejam obrigadas a ceder gratuitamente parte do valor que produzem.

A partir da transferência de valor da periferia para o centro, observa-se que o capitalista da nação desfavorecida, mais que tentar corrigir os desequilíbrios entre os preços e os valores de suas mercadorias, busca compensar a perda da renda gerada pelo comércio internacional. Isso porque a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta como incremento da taxa de mais-valia e da taxa de lucro nos países industriais, em detrimento da taxa de mais-valia das nações periféricas. Dessa forma, e na medida em que a perda de mais-valia ocasionada pelo intercâmbio desigual não pode ser resolvida em nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é tentar compensá-la no plano da produção interna através da ampliação da produção de excedente. Nessa perspectiva, o aumento da intensidade do trabalho – e não o incremento de sua capacidade produtiva – se configuraria como um aumento da mais-valia.

Além do aumento da intensidade do trabalho, Marini aponta ainda dois outros mecanismos para se elevar a mais-valia. O primeiro seria o prolongamento da jornada de trabalho como forma de aumentar o tempo de trabalho excedente, aquele no qual o trabalho segue produzindo após ter criado todo o valor necessário à sua subsistência. O segundo seria a redução do consumo do operário além de seu limite normal - ou expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho - que transformaria o fundo necessário do trabalhador em fundo de acumulação de capital.

Esses mecanismos, ao retirarem do trabalhador as condições necessárias para que reponha o desgaste de sua força de trabalho – nos dois primeiros casos porque é obrigado a realizar um dispêndio de sua força de trabalho em uma proporção maior que o normal, e no terceiro, por se alienar dele o consumo estritamente necessário para conservar sua força de trabalho - configuram um modo de produção fundado na maior exploração da classe trabalhadora. Isto que dizer que, por estarem fundamentados no uso intensivo e extensivo da força de trabalho, a utilização desses mecanismos acaba fazendo com que o trabalho seja remunerado por baixo de seu valor, e por isso correspondem a uma superexploração da força de trabalho.

A partir desse argumento, Marini busca mostrar que não há outra forma de compensar a transferência de valor para o centro porque na periferia não se desenvolve uma base técnica, compatível com a do centro, que possibilite elevar a mais-valia a partir do aumento da produtividade do trabalho. Como os setores de composição orgânica mais elevadas estão presentes nos países centrais, enquanto que os setores de composição orgânica estão localizados na periferia, a esta última não cabe alternativa a não ser ampliar os graus de exploração do trabalho na geração de mais-valia a ser transferida aos primeiros, alternativa essa intensificada pela existência do exército industrial de reserva, que aumenta a pressão sobre a classe trabalhadora. Essa dinâmica de acumulação de capital, ademais de permitir que o capitalismo dependente cresça e contorne sua restrição externa, intensifica em graus cada vez maiores a distribuição regressiva da renda e da riqueza, que nada mais são que conseqüências inevitáveis da dependência.

Considerações Finais

Como apontado na introdução do artigo, a Teoria da Dependência surgiu, nas suas diversas correntes, a partir da crise verificada nas teorias desenvolvimentistas e como resposta às análises que viam no processo de desenvolvimento da economia latino-americana a possibilidade de se construir na região um capitalismo autônomo a partir de um *continuum* evolutivo.

A corrente weberiana, composta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, formula uma análise que encontra os condicionantes do processo de desenvolvimento no tipo de integração estabelecido em os diversos grupos sociais, tanto internos como externamente, de forma que o desenvolvimento poderia ser interpretado como um processo social. Dentro disso, a superação da dependência, enquanto um componente estrutural do capitalismo, pressupõe uma articulação entre as forças sociais dominantes internas e os centro hegemônicos, e por isso, mais que um caráter de industrialização, o desenvolvimento periférico deveria ter um caráter industrializante-associado. Esse movimento de associação ao capital internacional traria, inevitavelmente, um aumento nos graus de concentração de renda e a abertura ao capital externo – um dos pilares do consenso neoliberal. Nesse sentido - e como a própria história tratou de mostrar - entendemos que a proposta da corrente weberiana

para o desenvolvimento capitalista dos países latino-americanos só tenderia a ampliar os graus de dependência e subordinação ao capital internacional. Assim, quanto mais se desenvolvesse, mais dependente esses países se tornariam.

Já a corrente marxista, que tem em Ruy Mauro Marini seu principal expoente, busca explicar esse mesmo processo fundamentado na Lei Geral da Acumulação Capitalista de Marx. Segundo esse corrente, que vê a dependência como uma relação de subordinação entre nações centrais e periféricas, a superexploração da força de trabalho seria a única forma que os países periféricos teriam de gerar os excedentes a serem transferidos para os países centrais - dentro da lógica imposta pelos mecanismos da economia e da divisão internacional do trabalho - uma vez que não possuem o aparato necessário ao desenvolvimento de tecnologias que os permitam produzir bens com alto valor agregado, e com isso competir com os países centrais. Tudo isso em decorrência do momento e da forma como os países latino-americanos se inseriram na estrutura do comércio internacional, momento esse no qual já estavam constituídos os centros hegemônicos do capital. Dentro disso, o máximo que as nações periféricas poderiam fazer seria aumentar os graus de liberdade no manejo de sua política econômica, porém sem escapar da condição dependente.

Assim, por analisar com mais profundidade as variáveis que efetivamente determinam o ambiente no qual as economias periféricas estão inseridas, e diante das limitações apresentadas pela corrente weberiana, temos que a corrente marxista se apresenta mais apta à análise do desenvolvimento do capitalismo na periferia, bem como das possíveis alternativas que se apresentam para a superação dessa condição historicamente imposta.

Bibliografia

- AMARAL, Marisa Silva. *A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência*. Uberlândia, 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha”. In: _____. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, Theotônio dos. “A CEPAL e a substituição de importações”. In: _____. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SANTOS, Theotônio dos. “A teoria da dependência: um balanço”. In: _____. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SANTOS, Theotônio dos. “O debate sobre a dependência”. In: _____. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Abertura e vulnerabilidade externa: restrições estruturais para o desenvolvimento em uma economia periférica”. In: XAVIER, Clésio Lourenço. *Desenvolvimento desigual*. Uberlândia: Edufu, 2004.
- _____. “Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento”. In: *Anais do IV Colóquio latinoamericano de economistas políticos*. São Paulo, 31 de outubro a 2 de novembro de 2004.
- _____. “Neoliberalismo e desenvolvimento em uma economia periférica. In: XAVIER, Clésio Lourenço. *Desenvolvimento desigual*. Uberlândia: Edufu, 2004.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 6 edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência”. In: SADER, Emir. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. “Sobre a dialética da dependência”. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____. “Desenvolvimento e dependência”. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 5 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- TRASPADINI, Roberta. *A perspectiva (inter)dependentista de Fernando Henrique Cardoso: uma visão particular do desenvolvimento capitalista brasileiro*. Uberlândia, 1998. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.